AULA 1

APRESENTAÇÃO

Saudações queridos alunos, eu sou o **Prof. Alexandre Teshima** e estou aqui para ajudá-los com a disciplina **CONTABILIDADE PÚBLICA** para o cargo de **Agente de Fiscalização** do **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP 2017.**

DIFERENCIAL: Este curso contempla toda a parte teórica prevista no Edital e também a resolução de mais de 300 questões.

SUPER ATUALIZADO: Este curso contempla as alterações provocadas pelo:

- Novo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 2017 (7º Edição)

- Novas NBC TSP (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público) que entraram em vigor no início de 2017: NBC TSP – Estrutura Conceitual; NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação; NBC TSP 02 – Receita de Transação com Contraprestação; NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; NBC TSP 04 – Estoques e; NBC TSP 05 – Contratos de Concessão de Serviços Públicos.

CURRÍCULO DO AUTOR: Curso elaborado pelo professor **Alexandre Teshima** que é mestre em Ciências Contábeis pela UERJ e pós-graduado em Controle Externo pela FGV. Ocupa o cargo de Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas há mais de 15 anos e exerce a docência em diversos cursos de graduação, pós-graduação e preparatório para concursos desde 2002.

PROGRAMA E DATA DE POSTAGEM DAS AULAS: As 10 AULAS deste curso serão postadas conforme cronograma apresentado a seguir:

AULA	CONTEÚDO	POSTAGEM
AULA 1 DEMO	Contabilidade Pública Patrimônio nas entidades públicas: bens públicos, classificação dos bens públicos. Conceito. Objetivo. Objeto. Questões de Concurso.	Imediata
AULA 2	Receita Pública: conceito, receita efetiva, receita por mutação patrimonial, categorias econômicas, fontes de receitas orçamentárias, renda e receita pública. Questões de Concurso.	30/09
AULA 3	Despesa Pública: conceito, despesa efetiva, despesa por mutação patrimonial, categorias econômicas, fixas e variáveis, elementos de despesa pública. Entradas e Saídas Extraorçamentárias. Questões de Concurso.	30/09
AULA 4	Dívida pública fundada ou consolidada, dívida flutuante, patrimônio financeiro e patrimônio permanente. Superveniências e insubsistências ativas e passivas. Adiantamentos: conceito, concessão, aplicação e comprovação. Regimes Contábeis. Princípios de Contabilidade sob a Perspectiva do Setor Público. Contabilidade na Lei 4320/64. Contabilidade na Lei de Responsabilidade Fiscal. Questões de Concurso.	07/10
AULA 5	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Analise de Balanços. Questões de Concurso.	07/10
AULA 6	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais. Balancetes Periódicos. Questões de	14/10

	Concurso.	
AULA 7	Sistemas de contas: orçamentário, financeiro e patrimonial. Plano de Contas: características fundamentais, codificação da receita e da despesa, função das contas e escrituração. Questões de Concurso.	14/10
AULA 8	Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – Parte I. Questões de Concurso.	21/10
AULA 9	Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – Parte II. Questões de Concurso.	21/10
AULA 10	BATERIA DE EXERCÍCIOS – QUESTÕES VUNESP.	28/10

Conteúdo desta Aula

1. APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR 4
2. INTRODUÇÃO DA MATÉRIA 5
3. PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE PÚBLICA AS NORMAS INTERNACIONAIS 6
4. CONCEITO DE CONTABILIDADE PÚBLICA 9
5. OBJETIVO DA CONTABILIDADE PÚBLICA 10
6. OBJETO DA CONTABILIDADE PÚBLICA 11
6.1. ESTRUTURA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO 13
7. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS 16
8. CAMPO DE APLICAÇÃO 20
9. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL E FISCAL DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO 24
10. CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL 27
11. RESTRIÇÕES ACERCA DA INFORMAÇÃO INCLUÍDA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 29
12. BATERIA DE EXERCÍCIO 30
13. BATERIA DE EXERCÍCIO – GABARITO COMENTADO 45

1. APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR

Prezados alunos, sou mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pós-graduado em Controle Externo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e, desde 2002, exerço a docência em diversos cursos de graduação, pós-graduação e preparatório para concursos.

Desde 2000, ocupo o cargo efetivo de Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas. Entretanto, até chegar ao meu objetivo, passei por vários outros órgãos como Petrobras, Ministério da Saúde, Controladoria Geral, Procuradoria Geral e Tribunal de Justiça, totalizando mais de 20 anos de experiência na Administração Pública.

Já minha experiência em concursos públicos começou cedo, prestei o meu primeiro concurso em 1991 e só parei em 2000 (ano que passei para o Tribunal de Contas). Durante este período, as principais colocações foram: 1º colocado para Analista Pericial em Contabilidade do Ministério Público da União, 1º colocado para Contador da Petrobrás, 1º colocado para Técnico em Contabilidade do Tribunal Regional Federal, 1º colocado para Técnico em Contabilidade da Controladoria Geral do Município do RJ, 2º colocado para Contador da Procuradoria Geral do Município do RJ, 3º colocado para Contador da Controladoria Geral do Município do RJ e 3º colocado para Contador do Tribunal de Contas.

Amigos, eu sei que é duro ser concursando, mas posso dizer de carteirinha que ainda é a melhor forma de se obter um emprego seguro e rentável. Portanto, meu objetivo aqui é contribuir da melhor maneira possível para que você tenha sucesso no concurso que escolheu. Conte comigo e vamos à luta.

2. INTRODUÇÃO DA MATÉRIA

Atualmente, a Contabilidade Pública, também conhecida como Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) ou Contabilidade Governamental, vem passando por um processo de harmonização com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. Em face desta convergência, várias novas regras foram introduzidas recentemente.

As regras básicas da Contabilidade Pública são oriundas da Lei 4.320/64 e da Lei de Responsabilidade Fiscal (L.C 101/2000). Já os principais órgãos regulamentadores são o Conselho Federal de Contabilidade e a Secretaria do Tesouro Nacional.

Portanto, para obter sucesso na prova, precisamos focar todas as fontes utilizadas para a formulação das questões objetivas e discursivas cobradas nos diversos concursos públicos. As principais fontes são:

- Lei 4320/64 – Principalmente os artigos 83 a 110.
- Lei de Responsabilidade Fiscal – Principalmente os artigos 50 e 51.
- Doutrina
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 2017 (7º Edição).
- Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – Estrutura Conceitual.
- Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) relativa ao assunto;
- Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T 16.1 a 16.11), nas partes não revogadas;

3. PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE PÚBLICA AS NORMAS INTERNACIONAIS

Recentemente, o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) decidiu intensificar o processo de atualização e de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) às International Public Sector Accounting Standards (Ipsas). De acordo com o cronograma elaborado pelo Grupo Assessor (GA) do CFC para a área pública, o processo de convergência das 32 normas internacionais do setor público editadas pela International Federation of Accountants (Ifac) deverá ser finalizado até 2021.

- 6 normas já foram convergidas e a perspectiva é que mais 13 sejam publicadas até 2018 e as demais até 2021.

As novas NBC TSP (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público) que entraram em vigor agora em 2017 são: NBC TSP – Estrutura Conceitual; NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação; NBC TSP 02 – Receita de Transação com Contraprestação; NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; NBC TSP 04 – Estoques e; NBC TSP 05 – Contratos de Concessão de Serviços Públicos.

Esses novas normas provocaram modificações profundas nas regras da Contabilidade, revogando inclusive a Resolução CFC n.º 750/1993 que estabeleceu os Princípios de Contabilidade. Também foram revogadas várias normativos importantes como: Resolução CFC n.º 1.111/2007, Resolução CFC n.º 1.128/2008, Resolução CFC n.º 1.129/2008, Resolução CFC n.º 1.130/2008, Resolução CFC n.º 1.131/2008, Resolução CFC nº 1.132/2008, os arts. 1º, 2º e 3º da Resolução CFC n.º 1.268/2009, Resolução CFC n.º 1.282/2010, Resolução CFC n.º 1.367/2011 e os arts. 1º e 2º da Resolução CFC n.º 1.437/2013.

As normas do Conselho Federal de Contabilidade aplicadas ao Setor Público são:

Ano	Resolução	Descrição
1993	750	Estabelece os Princípios de Contabilidade (Revogada pela NBC TSP – Estrutura Conceitual)
2007	1111	Interpretação dos Princípios de Contabilidade Sob a Perspectiva do Setor Público (Revogada pela NBC TSP – Estrutura Conceitual)
2008	1128	NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. (Revogada pela NBC TSP – Estrutura Conceitual)
2008	1129	NBC T 16.2 - Patrimônio e Sistemas Contábeis. (Revogada pela NBC TSP – Estrutura Conceitual)
2008	1130	NBC T 16.3 - Planej. e seus Instrumentos sob Enfoque contab. (Revogada pela NBC TSP – Estrutura Conceitual)
2008	1131	NBC T 16.4 - Transações no Setor Público. (Revogada pela NBC TSP – Estrutura Conceitual)
2008	1132	NBC T 16.5 - Registro Contábil. (Revogada pela NBC TSP – Estrutura Conceitual)
2008	1133	NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis.
2008	1134	NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis.
2008	1135	NBC T 16.8 - Controle Interno.
2008	1136	NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão.
2008	1137	NBC T 16.10-Aval. e Mens. Ativos e Passivos Ent. Setor Publ. (Os itens 7 a 19 foram revogados pela NBC TSP 04 – Estoques)

2009	1268	Altera, inclui e exclui itens das NBC T 16.1, 16.2 e 16.6 (Os artigos 1º, 2º e 3º foram revogados pela NBC TSP – Estrutura Conceitual)
2011	1366	NBC T 16.11- Sist.de Informação de Custos do Setor Público
2013	1.437	Altera, inclui e exclui itens das NBCs T 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público. (Os artigos 1º e 2º foram revogados pela NBC TSP – Estrutura Conceitual).
2014	NBCT 16.6 (R1)	Altera a NBC T 16.6 que dispõe sobre demonstrações contábeis. (Os itens 12(a), 12(b), 12(c), 12(d), 27 e 28 da NBC T 16.6 (R1) foram revogados pela NBC TSP – Estrutura Conceitual)
2016	NBC TSP	Estrutura Conceitual
2016	NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
2016	NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
2016	NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
2016	NBC TSP 04	Estoques
2016	NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos

4. CONCEITO DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Quando o assunto é "Conceito de Contabilidade Pública", podemos observar que cada doutrinador estabelece o seu próprio, observando a sua visão sobre o tema. Dentre os diversos conceitos existentes, os meus preferidos são os dos professores Lino Martins e Glauber Mota.

Segundo o saudoso Professor Lino Martins da Silva, Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação e controle relativas aos atos e fatos administrativos, e **a Contabilidade Pública é uma especialização voltada para o estudo e análise dos fatos administrativos que ocorrem na administração pública.**

Segundo o professor Glauber Mota, Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contábil que aplica na administração pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos, **levando em conta as normas de Direito Financeiro (Lei 4320/64), os princípios gerais de finanças públicas e os princípios de contabilidade.**

Considerando os dois conceitos apresentados, podemos destacar os seguintes pontos fundamentais sobre a Contabilidade Pública:

*1 - **É uma Ciência Social:** Muita gente pensa que a Contabilidade é apenas um método como a Estatística, puro engano, a Contabilidade é uma ciência. Outro destaque é que a Contabilidade não é uma ciência exata, ela é uma ciência social, portanto não exata.*

2 – **É um ramo da Contabilidade:** A Contabilidade é dividida em ramos (Custos, Bancária, Seguros, Comercial, Gerencial, etc.) e a Contabilidade Pública é apenas um desses ramos, ou seja, é uma especialização da Ciência Contábil.

3 – **Tem como objeto o Patrimônio Público**: Toda ciência tem um objeto e o da Contabilidade Pública é o patrimônio que está vinculado a Administração Pública, ou seja, o patrimônio público.

4 – **Sujeita-se aos Princípios de Contabilidade**: A Contabilidade Pública, por ser uma especialização da Contabilidade, deve seguir os mesmos princípios que regem a matriz.

ALERTA: A Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade que estabelecia os Princípios de Contabilidade (ENTIDADE; CONTINUIDADE; OPORTUNIDADE; COMPETÊNCIA, PRUDÊNCIA e REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL) foi revogada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da NBC TSP – Estrutura Conceitual (a partir de janeiro de 2017).

5 – **Sujeita-se as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público:** A Contabilidade Pública é regulamentada, principalmente, pela Lei 4320/64, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e diversas normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e Conselho Federal de Contabilidade.

5. OBJETIVO DA CONTABILIDADE PÚBLICA

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social.

ALERTA: Não confundir função com objetivo (finalidade): O objetivo (finalidade) é fornecer informações aos usuários. Já as funções da Contabilidade são: controlar o patrimônio e apurar o resultado patrimonial.

FIQUE ATENTO:

1 – **Quais são os principais usuários das informações produzidas pela Contabilidade Pública?**

No setor privado, os principais usuários são os acionistas, os credores, o fisco e os administradores. **Já no setor público, os principais usuários são o governo e a sociedade.**

2 – As informações contábeis devem focar quais pontos?

A informação contábil deve versar sobre os **resultados alcançados na gestão (déficit ou superávit) e aspectos de natureza físico, financeira, orçamentária e econômica do patrimônio da entidade e suas mutações.**

3 – As informações contábeis visam apoiar quais necessidades dos usuários?

- A tomada de decisão: Principal demanda do usuário em qualquer segmento da Contabilidade.

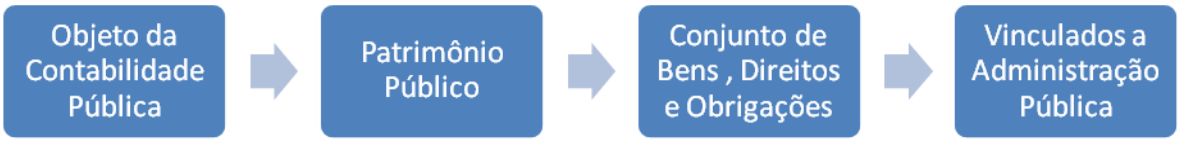
- Adequada prestação de contas: Na administração pública, os gestores e demais responsáveis por recursos públicos estão obrigados a prestar contas e a principal fonte de informação para a adequada prestação é a Contabilidade. Instrumentalização do Controle Social: Compromisso fundado na ética profissional, que pressupõe o exercício cotidiano de fornecer informações que sejam compreensíveis e úteis aos cidadãos no desempenho de sua soberana atividade de controle do uso de recursos e patrimônio público pelos agentes públicos".

6. OBJETO DA CONTABILIDADE PÚBLICA

A Contabilidade Geral tem como objeto de estudo o "Patrimônio" e a Contabilidade Pública, que é uma especialização, tem como objeto o "Patrimônio Público".

OBJETO DA CONTABILIDADE PÚBLICA: PATRIMÔNIO PÚBLICO

O Patrimônio Público é o conjunto de **direitos e bens**, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas **obrigações**.



Como podemos verificar o patrimônio objeto de estudo da contabilidade pública é aquele vinculado as entidades do setor público.

De acordo com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, estão compreendidos no conceito de entidades do setor público: os governos nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes).

6.1. ESTRUTURA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

O patrimônio público é estruturado em três grupos: **ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO (OU SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA).**

O novo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição - traz os seguintes conceitos:

- **ATIVO** é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
- **PASSIVO** é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
- **PATRIMÔNIO LÍQUIDO (OU SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA)**: A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

Atenção: Estes conceitos serão estudados de forma mais aprofundada nas próximas aulas deste curso.

De forma bem incipiente, podemos dizer que o ativo é parte positiva do patrimônio (bens e direitos) de uma pessoa e o passivo é a parte negativa (obrigações), sendo o patrimônio liquido apurado pela diferença entre a parte positiva (ativo) e negativa (passivo).

Por exemplo, se uma pessoa tem uma casa (R$100.000), dinheiro na poupança (R$10.000) e contas a pagar de (R$30.000), podemos dizer que o patrimônio dela é:

Ativo (casa e poupança)	110.000
(-) Passivo (contas a pagar)	30.000
= Patrimônio Líquido	80.000

Contabilmente, o patrimônio deve ser demonstrado da seguinte maneira:

Patrimônio	
Ativo	**Passivo**
Bens	Obrigações
Direitos	**Patrimônio Líquido**
	(Ativo – Passivo)

Exercício de Fixação:

Dados: Patrimônio de um determinado Município:

1 – Caixa Único: R$10.000

2 – Restos a Pagar: R$30.000

3 – Adiantamentos: R$10.000

4 – Dívida Fundada: R$50.000

5 – Dívida Ativa: R$20.000

6 – Almoxarifado: R$30.000

7 – Bens Imóveis: R$50.000

Com base nos dados anteriores, elabore o Balanço Patrimonial e apure a situação líquida do Município:

Resolução:

A - Para elaborar o Balanço Patrimonial, primeiramente, vamos classificar os dados no ativo (Bens e Direitos) ou passivo (Obrigações):

1 – Caixa Único: R$10.000 (Contém as disponibilidades financeiras do governo, portanto bem – Ativo)

2 – Restos a Pagar: R$30.000 (São contas a pagar do governo, portanto obrigações – Passivo)

3 – Adiantamentos: R$10.000 (São valores do governo que foram antecipados a algum servidor ou fornecedor, portanto um direito – Ativo)

4 – Dívida Fundada: R$50.000 (São dívidas de longo prazo do governo, portanto obrigações – Passivo)

5 – Dívida Ativa: R$10.000 (São créditos do governo que não foram recebidos e, portanto, inscrito em dívida ativa. Apesar do nome "dívida", são direitos, portanto Ativo)

6 – Almoxarifado: R$30.000 (São mercadorias que o governo possui em estoque, portanto bens – Ativo)

7 – Bens Imóveis: R$50.000 (Bens são contabilizados no Ativo)

B - Depois da classificação, vamos montar o Balanço Patrimonial:

Patrimônio	
Ativo	**Passivo**
Caixa R$10.000	Restos a Pagar R$30.000
Adiantamentos R$10.000	Dívida Fundada R$50.000
Dívida Ativa R$20.000	**Patrimônio Líquido**
Almoxarifado R$30.000	(Ativo – Passivo) = R$40.000
Imóveis R$50.000	
Total R$120.000	**Total R$120.000**

C – Após elaborar o Balanço Patrimonial, vamos apurar a situação líquida (diferença entre Ativo e Passivo):

Ativo R$120.000 – Passivo R$80.000 = Situação Líquida R$40.000

ALERTA: Situação Líquida Positiva = Patrimônio Líquido

ALERTA: O total do Ativo deve sempre coincidir com o total do Passivo.

ATENÇÃO: Os pontos: Composição do Patrimônio Público; Patrimônio Público; Ativo; Passivo; e Patrimônio Líquido serão estudos com mais detalhes nas próximas aulas.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS

Uma parte importante do estudo da Contabilidade Pública é a classificação jurídica dos bens públicos, já que, dependendo da classificação, haverá impacto no tratamento contábil do bem público.

Então vamos começar o estudo, visualizando como o Código Civil classifica os bens públicos:

> *Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.*
>
> *Art. 99. São bens públicos:*
>
> *I - **os de uso comum do povo**, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*
>
> *II - **os de uso especial**, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;*
>
> *III - **os dominicais,** que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.*

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

Art. 103. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

Já o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) assim dispõe:

Os bens imóveis classificam-se em:

a. Bens de uso especial: compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas, como imóveis residenciais, terrenos, glebas, aquartelamento, aeroportos, açudes, fazendas, museus, hospitais, hotéis dentre outros.

b. Bens dominiais: compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Compreende ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, como apartamentos, armazéns, casas, glebas, terrenos, lojas, bens destinados a reforma agrária, dentre outros.

c. Bens de uso comum do povo: podem ser entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público.

Bens de Uso Comum do Povo

De acordo com o MCASP, os bens de uso comum do povo podem ser encontrados em duas classes de ativos: ativos de infraestrutura e bens do patrimônio cultural.

- **Ativos de Infraestrutura**: São ativos que normalmente podem ser conservados por um número significativamente maior de anos do que a maioria dos bens de capital. Para serem classificados como ativos de infraestrutura, os mesmos deverão ser partes de um sistema ou de uma rede, especializados por natureza e não possuírem usos alternativos. Exemplos desses ativos incluem redes rodoviárias, sistemas de esgoto, sistemas de abastecimento de água e energia, rede de comunicação, pontes, calçadas, calçadões, dentre outros.
- **Bens do Patrimônio Cultural**: Ativos descritos como bens do patrimônio cultural são assim chamados devido a sua significância histórica, cultural ou ambiental. Exemplos incluem monumentos e prédios históricos, sítios arqueológicos, áreas de conservação e reservas naturais. Estes ativos são raramente mantidos para gerar entradas de caixa e pode haver obstáculos legais ou sociais para usá-los em tais propósitos.

Certas características são geralmente apresentadas por bens do patrimônio cultural (apesar de não serem exclusivas de tais ativos):

a. O seu valor cultural, ambiental, educacional e histórico provavelmente não é refletido totalmente no valor financeiro puramente baseado no preço de mercado;

b. As obrigações legais ou estatutárias podem impor proibições ou restrições severas na alienação por venda;

c. São geralmente insubstituíveis e seus valores podem aumentar através do tempo mesmo se sua condição física se deteriorar;

d. Pode ser difícil estimar sua vida útil, a qual em alguns casos pode ser centenas de anos.

ALERTA: O reconhecimento e a mensuração dos Bens do Patrimônio Cultural são facultativos e podem seguir bases outras que não as utilizadas para os ativos imobilizados.

ALERTA: Ressalta-se que alguns recursos minerais e florestais, tais como petróleo, gás natural e recursos não regenerativos semelhantes, são de difícil mensuração e ainda carecem de normatização específica.

Sintetizando, temos:

Bens Públicos		
Classificação	**Contabilização**	**Observações**
Bens de uso especial	Obrigatória	*- Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.* *- Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.* *- Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.* *- O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.*
Bens dominicais (ou dominiais)	Obrigatória	
Bens de Uso Comum do Povo – Ativos de Infraestrutura	Obrigatória	
Bens de Uso Comum do Povo – Bens do Patrimônio Cultural	Facultativa	

8. CAMPO DE APLICAÇÃO

O Campo de Aplicação pode ser definido como o espaço de atuação do Profissional de Contabilidade que demanda estudo, interpretação, identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação de fenômenos contábeis, decorrentes de variações patrimoniais.

De acordo com a doutrina majoritária, o campo de aplicação da Contabilidade Pública encontra-se vinculado aos órgãos que compõem as administrações públicas Federal, Estaduais e Municipais, englobando:

- Administração Direta
- Autarquias
- Fundações Públicas
- Sociedades de Economia Mista **Dependentes**
- Empresas Públicas **Dependentes**

Exceção: Estatais Independentes

Baseado na doutrina majoritária, podemos definir que o campo de aplicação da contabilidade pública **engloba toda a administração pública direta ou indireta, inclusive as sociedades de economia mista e empresas públicas dependentes, ou seja, as famosas estatais dependentes.**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) define estatal dependente da seguinte forma:

> *Art. 2º III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;*

ALERTA: Baseado no conceito da LRF, podemos verificar que o único recurso governamental recebido por uma estatal que não gera dependência é aquele direcionado ao aumento de participação acionária.

De forma prática, podemos definir estatal dependente como toda empresa governamental que dá prejuízo e, portanto, precisa receber aporte de recursos do governo para custeio de suas despesas operacionais. Já as empresas governamentais lucrativas são consideradas independentes, portanto não precisam de ajuda governamental.

Estatal Dependente	Ex: Embrapa	**Faz parte** do campo de aplicação da Contabilidade
Estatal Independente	Ex: Petrobras	**Não faz parte** do campo de aplicação da Contabilidade

Obs: Visão da doutrina majoritária.

ALERTA: Segundo a doutrina majoritária, as entidades que não pertencem à administração pública não fazem parte do campo de aplicação da contabilidade pública.

Exercício de Fixação: Informe quais as entidades abaixo que estão dentro do campo de aplicação da contabilidade pública segundo a doutrina majoritária:

1 - Agencia Nacional do Petróleo

2 - Ministério da Fazenda

3 – Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ)

4 - Tribunal de Contas

5 - Petrobras

6 – Organização não Governamental

7 - Embrapa

8 - Banco do Brasil

9 - INSS

10 - Fundação Roberto Marinho

11 - BNDES

12 – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

13 - RADIOBRÁS

14 - Câmaras Municipais

15 - Ministério Público

16 – Tribunal de Justiça

Resolução:

1 - Agencia Nacional do Petróleo – sim, é uma autarquia especial

2 - Ministério da Fazenda – sim, faz parte da administração direta

3 – Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) – sim, é uma fundação pública

4 - Tribunal de Contas – sim, faz parte da administração direta

5 – Petrobras – não, é um estatal independente

6 – Organização não Governamental – não, não faz parte da administração pública

7 – Embrapa – sim, é uma estatal dependente

8 - Banco do Brasil – não, é uma estatal independente

9 – INSS – sim, é uma autarquia

10 - Fundação Roberto Marinho – não, é uma fundação privada

11 – BNDES – não, é uma estatal independente

12 – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – sim, é uma autarquia

13 – RADIOBRÁS – sim, é uma estatal dependente

14 - Câmaras Municipais – sim, faz parte da administração direta

15 - Ministério Público - sim, faz parte da administração direta

16 – Tribunal de Justiça - sim, faz parte da administração direta

Importante destacar que o campo de aplicação da Contabilidade Pública abrange todas as entidades do setor público. Estas entidades devem obedecer as regras determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional consolidadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP.

As normas estabelecidas no MCASP aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público. Estão compreendidos no conceito de entidades do setor público: os governos nacional (União), estaduais, distrital (Distrito Federal) e municipais e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes).

Os Conselhos Profissionais e as demais entidades não compreendidas no conceito de entidades do setor público, incluídas as empresas estatais independentes, poderão aplicar as normas estabelecidas no MCASP de maneira **facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres.**

O MCASP contempla as normas aplicadas no reconhecimento, mensuração e evidenciação das transações e dos eventos nas demonstrações contábeis. Em caso de eventuais conflitos com outros normativos, prevalecem as disposições do MCASP, aplicando-se subsidiariamente os conceitos descritos nas demais normas, observada a seguinte ordem de observância:

a. Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) relativa ao assunto;

b. Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T 16.1 a 16.11), nas partes não revogadas;

c. Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – Estrutura Conceitual.

ALERTA: As disposições das normas internacionais de contabilidade, International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), editadas pelo International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), podem ser observadas em caráter residual e não obrigatório.

9. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL E FISCAL DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

De acordo com o MCASP, o objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Esses serviços incluem, por exemplo: programas e políticas de bem-estar, educação pública, segurança nacional e defesa nacional. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. As entidades do setor público possuem características que as diferem das demais entidades, dentre as quais destacam-se:

a. **A importância do orçamento público.** A Constituição brasileira exige a elaboração do orçamento anual, a sua aprovação pelo poder Legislativo e a sua disponibilização à sociedade. A sociedade fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes. A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas.

b. **Natureza dos programas e longevidade do setor público.** Muitos programas do setor público são de longo prazo, e a capacidade para cumprir os compromissos depende dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro. Ademais, as entidades do setor público têm existências muito longas, mesmo que passem por severas dificuldades financeiras e se tornem inadimplentes com as obrigações oriundas da sua respectiva dívida. Consequentemente, as demonstrações que evidenciam a situação patrimonial e o desempenho não fornecem todas as informações que os usuários precisam conhecer a respeito dos programas de longo prazo.

c. **Natureza e propósito dos ativos e passivos no setor público.** No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa. Em razão dos tipos de serviços prestados, uma parcela

significativa dos ativos utilizados pelas entidades do setor público é especializada, como, por exemplo, os ativos de infraestrutura e os ativos militares.

d. **Papel regulador das entidades do setor público.** Muitos governos e outras entidades do setor público possuem poder de regulação de entidades que operam em determinados setores da economia, de forma direta ou por meio de agências reguladoras. A principal razão da regulação é assegurar o interesse público de acordo com objetivos definidos nas políticas públicas ou quando existem falhas de mercados para determinados serviços. Essas atividades regulatórias são conduzidas de acordo com o estabelecido na legislação.

Nesse contexto, é importante compreender os diferentes aspectos da contabilidade aplicada ao setor público (CASP) – orçamentário, patrimonial e fiscal, de modo a interpretar corretamente as informações contábeis.

ASPECTO ORÇAMENTÁRIO Compreende o registro e a evidenciação do orçamento público, tanto quanto à sua aprovação quanto à sua execução. Os registros de natureza orçamentária são base para a elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e dos Balanços Orçamentário e Financeiro, que representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto.

ASPECTO PATRIMONIAL Compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público. Nesse aspecto, devem ser atendidos os princípios e as normas contábeis voltadas para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais. O Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto.

Alerta: O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público (CASP) visa a contribuir, primordialmente, para o desenvolvimento deste aspecto.

ASPECTO FISCAL Compreende a apuração e evidenciação, por meio da contabilidade, dos indicadores estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre os quais se destacam os da despesa com pessoal, das operações de crédito e da dívida consolidada, além da apuração da disponibilidade de caixa,

do resultado primário e do resultado nominal, a fim de verificar-se o equilíbrio das contas públicas. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) representam os principais instrumentos para evidenciar esse aspecto.

Demonstrações Contábeis X Relatórios Fiscais

Na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os principais relatórios e demonstrações são:

Demonstrações Contábeis	Relatórios Fiscais
- Balanço Orçamentário - Balanço Financeiro - Balanço Patrimonial - Demonstração das Variações Patrimoniais	- Relatório de Gestão Fiscal (RGF) -Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

As demonstrações contábeis e os relatórios fiscais têm muito em comum. Ambas as estruturas de relatórios estão voltadas para ativos, passivos, receitas e despesas governamentais e informações abrangentes sobre os fluxos de caixa. Há uma considerável sobreposição entre as duas estruturas que sustentam essas informações. **No entanto, as demonstrações contábeis e as diretrizes para relatórios fiscais têm objetivos diferentes.**

O objetivo das demonstrações contábeis das entidades do setor público é **o fornecimento de informações úteis sobre a entidade que reporta a informação, voltadas para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e para a tomada de decisão.**

Os relatórios fiscais são utilizados, principalmente, para: **(a) analisar opções de política fiscal, definir essas políticas e avaliar os seus impactos; (b) determinar o impacto sobre a economia; e (c) comparar os resultados fiscais nacional e internacionalmente.**

10. CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é **fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.**

As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. **São elas: a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.**

Relevância: As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As informações financeiras e não financeiras são capazes de exercer essa influência quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos. A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, mesmo se alguns usuários decidirem não a considerar ou já estiverem cientes dela.

Representação fidedigna: Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material. A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno retrata a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.

Compreensibilidade: A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada. A compreensão é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Tempestividade: Significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil. Ter informação disponível mais rapidamente pode aprimorar a sua utilidade como insumo para processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização (accountability) e a sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios. A ausência de tempestividade pode tornar a informação menos útil.

Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A comparabilidade não é uma qualidade de item individual de informação, mas, antes, a qualidade da relação entre dois ou mais itens de informação. A informação sobre a situação patrimonial da entidade, o desempenho, os fluxos de caixa, a conformidade com os orçamentos aprovados ou com outra legislação relevante ou com os demais regulamentos relacionados à captação e à utilização dos recursos, o desempenho da prestação de serviços e os seus planos futuros, é necessária para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Verificabilidade é a qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar. Essa característica implica que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar ao consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, em que a informação representa os fenômenos econômicos e de outra natureza, os quais se pretende representar sem erro material ou viés; ou o reconhecimento apropriado, a mensuração ou o método de representação foi aplicado sem erro material ou viés.

11. RESTRIÇÕES ACERCA DA INFORMAÇÃO INCLUÍDA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As restrições inerentes à informação são a **materialidade, o custo-benefício e o alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas.**

Materialidade: A informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (accountability), ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.

Custo-benefício: A informação contábil impõe custos, e seus benefícios devem justificá-los. A aplicação da restrição custo-benefício envolve avaliar se os benefícios de divulgar a informação provavelmente justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la. Ao fazer essa avaliação, é necessário considerar se uma ou mais características qualitativas podem ser sacrificadas até certo ponto para reduzir o custo.

Equilíbrio entre as características qualitativas: As características qualitativas funcionam, conjuntamente, para contribuir com a utilidade da informação. Por exemplo, nem a descrição que represente fielmente um fenômeno irrelevante, nem a descrição que represente de modo não fidedigno um fenômeno relevante resultam em informação útil. Do mesmo modo, para ser relevante, a informação precisar ser tempestiva e compreensível. Em alguns casos, o equilíbrio ou a compensação (trade-off) entre as características qualitativas pode ser necessário para se alcançar os objetivos da informação contábil. A importância relativa das características qualitativas em cada situação é uma questão de julgamento profissional. A meta é alcançar o equilíbrio apropriado entre as características para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

Cada uma das características qualitativas é integrada e funciona em conjunto com as outras. Entretanto, na prática, talvez não seja possível alcançar todas as características qualitativas e, nesse caso, um equilíbrio ou compensação entre algumas delas poderá ser necessário.

12. BATERIA DE EXERCÍCIO

1 – O objetivo principal da Contabilidade Pública é:

a) Controlar o patrimônio da entidade

b) Apurar o resultado patrimonial da entidade

c) Gerar lucro para a entidade

d) Fornecer informações as usuários da Contabilidade

e) Promover a redução da tributação da entidade

2 – Em relação a Contabilidade Pública, podemos afirmar, exceto:

a) E uma Ciência Social

b) É um ramo da contabilidade

c) Sujeita-se as normas de controle patrimonial estabelecidos pela Lei 4320/64 e pela Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

d) Sujeita-se aos princípios de contabilidade.

e) É uma ciência exata.

3) Estão incluídos no campo de aplicação da contabilidade pública, exceto:

A) os governos nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus respectivos poderes

B) tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público

c) fundações instituídas e mantidas pelo poder público

d) órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta

e) empresas estatais dependentes e independentes

4 – Em relação as entidades do setor público é correto afirmar, exceto:

a) O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores e a sociedade.

b) No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa.

c) As entidades do setor público têm existências muito longas, mesmo que passem por severas dificuldades financeiras e se tornem inadimplentes com as obrigações oriundas da sua respectiva dívida.

d) Em razão dos tipos de serviços prestados, uma parcela significativa dos ativos utilizados pelas entidades do setor público é especializada, como, por exemplo, os ativos de infraestrutura e os ativos militares.

e) Muitos programas do setor público são de longo prazo, e a capacidade para cumprir os compromissos depende dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro.

5 – Em relação as entidades do setor público é correto afirmar, exceto:

a) A Constituição brasileira exige a elaboração do orçamento anual, a sua aprovação pelo poder Legislativo e a sua disponibilização à sociedade.

b) A sociedade fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes.

c) O desempenho das entidades do setor púbico pode ser integralmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa.

d) Muitos governos e outras entidades do setor público possuem poder de regulação de entidades que operam em determinados setores da economia, de forma direta ou por meio de agências reguladoras.

e) A principal razão da regulação é assegurar o interesse público de acordo com objetivos definidos nas políticas públicas ou quando existem falhas de mercados para determinados serviços.

6 - As entidades do setor público possuem características que as diferem das demais entidades. Nesse contexto, é importante compreender os diferentes aspectos da contabilidade aplicada ao setor público (CASP) – orçamentário, patrimonial e fiscal, de modo a interpretar corretamente as informações contábeis. Correlacione as tabelas:

1	ASPECTO ORÇAMENTÁRIO
2	ASPECTO PATRIMONIAL
3	ASPECTO FISCAL

	Compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público.
	Compreende o registro e a evidenciação do orçamento público, tanto quanto à sua aprovação quanto à sua execução.
	Os registros de natureza orçamentária são base para a elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e dos Balanços Orçamentário e Financeiro, que representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto.
	Nesse aspecto, devem ser atendidos os princípios e as normas contábeis voltadas para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais.
	Compreende a apuração e evidenciação, por meio da contabilidade, dos indicadores estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre os quais se destacam os da despesa com pessoal, das operações de crédito e da dívida consolidada, além da apuração da disponibilidade de caixa, do resultado primário e do resultado nominal, a fim de verificar-se o

	equilíbrio das contas públicas.
	O Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto.
	O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) representam os principais instrumentos para evidenciar esse aspecto.
	O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público (CASP) visa a contribuir, primordialmente, para o desenvolvimento deste aspecto.

A ordem correta é:

a) 2, 1, 3, 2, 3, 2, 3 e 2

b) 1, 1, 1, 2, 3, 2, 3 e 3

c) 2, 1, 1, 2, 3, 2, 3 e 2

d) 2, 1, 1, 2, 3, 2, 1 e 3

e) 3, 1, 1, 2, 3, 2, 3 e 1

7 - As demonstrações contábeis e os relatórios fiscais produzidos pela Contabilidade Pública têm muito em comum. Ambas as estruturas de relatórios estão voltadas para ativos, passivos, receitas e despesas governamentais e informações abrangentes sobre os fluxos de caixa. Há uma considerável sobreposição entre as duas estruturas que sustentam essas informações. No entanto, as demonstrações contábeis e as diretrizes para relatórios fiscais têm objetivos diferentes. Correlacione as tabelas:

1	Demonstrações Contábeis
2	Relatórios Fiscais

	Utilizados para analisar opções de política fiscal, definir essas políticas e avaliar os seus impactos;
	Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
	Fornecem informações úteis sobre a entidade que reporta a informação, voltadas para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e para a tomada de decisão
	Utilizados para determinar o impacto sobre a economia
	Balanço Patrimonial
	Utilizados para comparar os resultados fiscais nacional e internacionalmente.
	Relatório de Gestão Fiscal

A ordem correta é:

a) 2, 1, 2, 1, 2, 1, 2 e 2

b) 2, 1, 1, 2, 1, 2, 1 e 2

c) 2, 2, 1, 1, 2, 2, 2 e 2

d) 2, 1, 2, 2, 1, 1, 1 e 1

e) 2, 1,11, 2, 1, 2, 2 e 1

8 - As características qualitativas são atributos que tornam a informação contábil útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. São características qualitativas da informação contábil, exceto:

a) Relevância

b) Materialidade

c) Comparabilidade

d) Tempestividade

e) Verificabilidade

9) Analise as alternativas a seguir e marque a opção incorreta:

a) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

d) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

c) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

d) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

e) É facultativa a contabilização dos bens de uso comum do povo classificados como ativos de infraestrutura.

10. O patrimônio público é estruturado em três grupos: ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO (OU SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA).

Classifique o Patrimônio a seguir e apure a situação patrimonial líquida de uma determinada Entidade Pública.

Empréstimos Concedidos 50.000

Contas a Pagar 22.000

Estoque de Mercadorias no Almoxarifado 32.000

Restos a Pagar 60.000

Dívida Ativa 10.000

Imóveis 200.000

Aplicações Financeiras 70.000

Encargos Sociais a Recolher 20.000

a) 240.000

b) 250.000

c) 260.000

d) 362.000

e) 230.000

11. **FGV 2015 Prefeitura do Município de Cuiabá - Secretaria Municipal de Saúde** Entre os componentes da Administração Pública direta estão

(A) as sociedades de economia mista.

(B) as empresas públicas.

(C) as câmaras municipais.

(D) as fundações públicas.

(E) as autarquias.

12 – FUNDATEC 2015 PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANDIN O patrimônio das entidades de direito público é composto de:

A) Obrigações e bens comuns para uso próprio.

B) Bens e obrigações.

C) Bens, direitos e obrigações.

D) Bens e direitos públicos.

E) Somente elementos ativos.

13. BIORIO 2015 Prefeitura Municipal de Três Rios - A contabilidade pública NÃO é aplicada na seguinte unidade integrante da estrutura administrativa municipal:

(A) Câmara Municipal.

(B) Autarquia de Previdência dos Servidores.

(C) Fundo Municipal de Saúde.

(D) Sociedade de Economia Mista de Desenvolvimento Econômico.

(E) Fundação de Educação e Cultura.

14. Cetro 2015 - DAE -Santa Bárbara D´Oeste/SP. Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta.

(A) Os bens de uso comum somente podem ser usufruídos por quem sejam seus proprietários ou por estes autorizados.

(B) Os bens dominicais fazem parte do patrimônio das pessoas jurídicas de direito privado.

(C) Os bens de uso especial, tais como terrenos ou edifícios, são utilizados exclusivamente pela Administração Pública federal.

(D) Os bens públicos são os que têm o seu preço estabelecido na livre concorrência dos mercados, isto é, na interação entre a sua oferta e a demanda.

(E) As estradas constituem um bem público, de uso comum pela população.

15. CETRO/MINISTÉRIO DAS CIDADES 2013 - A Contabilidade Pública é uma subdivisão da Contabilidade aplicada a diferentes tipos de atividades e entidades. Assinale a alternativa que não apresenta um campo de atuação da Contabilidade Pública.

(A) Estados.

(B) União.

(C) Municípios.

(D) Autarquias.

(E) Empresas públicas que não utilizam recursos à conta do Orçamento Público.

16. CETRO/PREF. DE MANAUS 2012/ De acordo com o Código Civil, Capítulo III, que trata sobre os Bens Públicos, assinale a alternativa incorreta.

(A) Rios, mares, estradas, ruas e praças são bens públicos de uso comum.

(B) Edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias são bens públicos de uso especial.

(C) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

(D) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

(E) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

17. (ABIN/Cespe/2010/Contador) É objetivo da contabilidade pública fornecer aos usuários informações a respeito dos resultados alcançados e dos aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão.

18 (DPU/Cespe/2010/Contador) O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o planejamento feito pela administração pública para atender, durante determinado período, aos planos e programas de trabalho por ela desenvolvidos.

19. (ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTADOR – TJ/RO 2012 CESPE/UnB) No que diz respeito a conceito, objeto, objetivo e campo de atuação da contabilidade governamental, assinale a opção correta.

a) Para efeito contábil, as pessoas físicas que recebam subvenção, benefício, ou incentivo fiscal ou creditício, de órgão público, não são consideradas como entidades do setor público.

b) A contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da ciência contábil em que se aplicam, no processo gerador de informações, os princípios orçamentários e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial de entidades públicas.

c) O objetivo da contabilidade aplicada ao setor público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, independentemente dos aspectos orçamentários.

d) O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o patrimônio público e privado de pessoas jurídicas que no período receberem recursos governamentais.

e) A contabilidade aplicada ao setor público fornece informações que auxiliam o processo de tomada de decisões por parte dos agentes e administradores públicos, a adequada prestação de contas e o suporte necessário para a instrumentalização do controle social.

20. (CONTADOR – CMSC 2013 VUNESP) A contabilidade é uma ciência social que tem como objeto o patrimônio das entidades, sejam privadas ou públicas. Nesse sentido, assinale a alternativa que define o que é um conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados à entidade econômica, e que constitui um meio indispensável para que a entidade realize seus objetivos.

(A) São as riquezas pelas quais a entidade gerará receitas.

(B) São contas de natureza credoras e devedoras.

(C) É o resultado ou a geração de riqueza da entidade.

(D) É o Patrimônio.

(E) São os mecanismos de geração de caixa.

21. (FCC/2011/TRT 24ª Região/Analista Judiciário/Administrativo) Considerando o campo de aplicação da contabilidade aplicada à Administração Pública, é correto afirmar que aquela NÃO se aplica:

a) às autarquias.

b) às empresas estatais dependentes.

c) às fundações públicas de direito público.

d) às empresas estatais não dependentes.

e) ao poder legislativo.

22. (ESAF/CGU/ 2012/AFC) Examine os itens a seguir a respeito dos conceitos e campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público, assinale Verdadeiro(V) ou Falso(F) e escolha a opção que indica a sequência correta.

I. O campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público abrange todas as entidades do setor público;

II. A função social da contabilidade aplicada ao setor público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias para a tomada de decisão;

III. Ocorre o surgimento de novas unidades contábeis quando se procede à soma, agregação ou divisão do patrimônio de uma ou mais entidades;

IV. O objeto da contabilidade aplicada ao setor público são os recursos públicos.

a) V, V, F, F

b) F, F, V, F

c) V, V, V, F

d) V, F, V, V

e) V, V, V, V

23. (ANALISTA MINISTERIAL - CONTADOR – MPE/MA 2013 FCC) É objetivo da contabilidade aplicada ao setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, a adequada prestação de contas, e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social:

(A) fornecer ao controle interno do respectivo poder informações sobre qualquer irregularidade e ilegalidade que for detectada.

(B) fornecer aos usuários informações sobre resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações.

(C) avaliar os resultados alcançados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade do setor público.

(D) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da entidade do setor público.

(E) exercer o controle sob o aspecto da legalidade e legitimidade da gestão orçamentária, econômica, financeira e patrimonial da entidade do setor público.

24. (FCC/ TCE-AP/ 2011/Contador) O ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades da administração direta, ou indireta, a fim de fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social, cujo objeto é "o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados por aquelas entidades, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor e suas obrigações, caracteriza, hodiernamente, a contabilidade

(A) societária.

(B) de custos.

(C) avançada.

(D) rural.

(E) pública.

25. (VUNESP/ 2012/ IAMSPE/Contador) Por tratar-se de um dos ramos da ciência contábil, a contabilidade pública tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja:

(A) União, estados, Distrito Federal e municípios e respectivas autarquias.

(B) somente no estado.

(C) somente nas empresas públicas.

(D) somente nas empresas públicas e de capital misto.

(E) somente nas autarquias.

26. (ESAF/DNIT/ 2013/ Analista Contábil) Assinale a opção cujo conteúdo não indica um dos objetivos da contabilidade aplicada ao setor público:

a) refletir o ciclo da administração pública.

b) fornecer informações para a instrumentalização do controle social.

c) demonstrar os resultados alcançados pela entidade do setor público.

d) apresentar os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade pública.

e) evidenciar as mutações do patrimônio.

27 – São características da Contabilidade Pública, exceto:

a) é um ramo da ciência contábil

b) aplica, no processo gerador de informações, todos os Princípios Fundamentais de Contabilidade

c) aplica, no processo gerador de informações, as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial de entidades do setor público como a Lei 4320/64, Lei Complementar 101/00 e a Lei 6404/76

d) é uma ciência social

e) tem como objeto o patrimônio público

28 – Sobre as características da Contabilidade Pública, marque a opção correta:

a) tem como objetivo principal controlar o patrimônio

b) os principais usuários da informação são os acionistas e a sociedade

c) as informações produzidas visam apoiar a tomada de decisão, a adequada prestação de contas dos gestores públicos e dar suporte para a instrumentalização do controle social

d) devido ao seu caráter técnico, as informações produzidas não precisão ser compreensíveis e úteis aos cidadãos

e) a informação contábil deve versar sobre aspectos de natureza orçamentária, financeira, física, econômica e social

29 - Os bens públicos, de acordo com o critério jurídico, se dividem em de bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais. Marque a afirmativa incorreta:

a) Os bens de uso especial são os destinados a execução dos serviços públicos.

b) Os bens dominicais são os que integram o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público como objeto de direito pessoal ou real das entidades do setor público.

c) Os bens de uso especial são contabilizados e inventariados.

d) Os bens dominicais são contabilizados e inventariados.

e) Os bens de uso especial empregados nos serviços públicos e os bens dominicais são inalienáveis.

30 – Com relação aos bens públicos de uso comum, pode-se afirmar, exceto:

a) os naturais como mares, baias, enseadas, rios, praias, lagos e ilhas são contabilizados no ativo não circulante da entidade.

b) Os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos devem ser incluídos no ativo não circulante da entidade responsável pela sua administração ou controle.

c) são impenhoráveis e imprescritíveis

d) Seu uso pode ser gratuito ou oneroso, conforme estabelecido em lei.

e) São denominados de domínio público é são divididos segundo a sua formação em naturais e artificiais.

31 - De acordo com a doutrina majoritária, o campo de aplicação da Contabilidade Pública inclui, exceto:

a) Administração Direta

b) Autarquias

c) Fundações Públicas

d) Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista independentes

e) Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista dependentes

13. BATERIA DE EXERCÍCIO – GABARITO COMENTADO

01	D	17	CERTO
02	E	18	ERRADO
03	E	19	E
04	A	20	D
05	C	21	D
06	C	22	C
07	A	23	B
08	B	24	E
09	E	25	A
10	C	26	A
11	C	27	C
12	C	28	C
13	D	29	E
14	E	30	A
15	E	31	D
16	E		

1 – O objetivo principal da Contabilidade Pública é:

a) Controlar o patrimônio da entidade

b) Apurar o resultado patrimonial da entidade

c) Gerar lucro para a entidade

d) Fornecer informações as usuários da Contabilidade

e) Promover a redução da tributação da entidade

Gabarito: D

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira das entidades do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social.

Controlar o Patrimônio e apurar o resultado patrimonial (lucro ou prejuízo ou déficit ou superávit) são funções da contabilidade e não o objetivo principal.

Logicamente que as informações contábeis são produzidas para que o gestor consiga promover melhorias na gestão da entidade, inclusive contribuindo para a geração de lucro e a redução da carga tributária.

2 – Em relação a Contabilidade Pública, podemos afirmar, exceto:

a) E uma Ciência Social

b) É um ramo da contabilidade

c) Sujeita-se as normas de controle patrimonial estabelecidos pela Lei 4320/64 e pela Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

d) Sujeita-se aos princípios de contabilidade.

e) É uma ciência exata.

Gabarito: E

A Contabilidade é uma ciência social, portanto não faz parte do grupo das ciências exatas como, por exemplo, a Matemática.

Contabilidade Pública é um ramo da contabilidade aplicada as entidades públicas. Todos os ramos da Contabilidade devem seguir os princípios contábeis.

As principais normas aplicadas a Contabilidade Pública são a Lei 4320/64, a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3) Estão incluídos no campo de aplicação da contabilidade pública, exceto:

A) os governos nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus respectivos poderes

B) tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público

c) fundações instituídas e mantidas pelo poder público

d) órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta

e) empresas estatais dependentes e independentes

Gabarito: E

O campo de aplicação da contabilidade pública abrange todas as entidades do setor público com exceção das estatais independentes que são as empresas públicas ou sociedades de economia mista que não recebem recursos do governo para custear as suas atividades operacionais pois são lucrativas como a Petrobras.

Cuidado que as estatais dependentes (recebem recursos do governo para custeio de suas atividades operacionais) fazem parte do campo de aplicação da contabilidade pública.

4 – Em relação as entidades do setor público é correto afirmar, exceto:

a) O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores e a sociedade.

b) No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa.

c) As entidades do setor público têm existências muito longas, mesmo que passem por severas dificuldades financeiras e se tornem inadimplentes com as obrigações oriundas da sua respectiva dívida.

d) Em razão dos tipos de serviços prestados, uma parcela significativa dos ativos utilizados pelas entidades do setor público é especializada, como, por exemplo, os ativos de infraestrutura e os ativos militares.

e) Muitos programas do setor público são de longo prazo, e a capacidade para cumprir os compromissos depende dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro.

Gabarito A

O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade.

5 – Em relação as entidades do setor público é correto afirmar, exceto:

a) A Constituição brasileira exige a elaboração do orçamento anual, a sua aprovação pelo poder Legislativo e a sua disponibilização à sociedade.

b) A sociedade fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes.

c) O desempenho das entidades do setor púbico pode ser integralmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa.

d) Muitos governos e outras entidades do setor público possuem poder de regulação de entidades que operam em determinados setores da economia, de forma direta ou por meio de agências reguladoras.

e) A principal razão da regulação é assegurar o interesse público de acordo com objetivos definidos nas políticas públicas ou quando existem falhas de mercados para determinados serviços.

Gabarito: C

O desempenho das entidades do setor púbico pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa pois o objetivo principal desta entidades é prestar serviços à sociedade e não a geração de lucro para os investidores.

6 - As entidades do setor público possuem características que as diferem das demais entidades. Nesse contexto, é importante compreender os diferentes aspectos da contabilidade aplicada ao setor público (CASP) – orçamentário, patrimonial e fiscal, de modo a interpretar corretamente as informações contábeis. Correlacione as tabelas:

1	ASPECTO ORÇAMENTÁRIO
2	ASPECTO PATRIMONIAL
3	ASPECTO FISCAL

	Compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público.
	Compreende o registro e a evidenciação do orçamento público, tanto quanto à sua aprovação quanto à sua execução.
	Os registros de natureza orçamentária são base para a elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e dos Balanços Orçamentário e Financeiro, que representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto.
	Nesse aspecto, devem ser atendidos os princípios e as normas contábeis voltadas para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações

	patrimoniais.
	Compreende a apuração e evidenciação, por meio da contabilidade, dos indicadores estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre os quais se destacam os da despesa com pessoal, das operações de crédito e da dívida consolidada, além da apuração da disponibilidade de caixa, do resultado primário e do resultado nominal, a fim de verificar-se o equilíbrio das contas públicas.
	O Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto.
	O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) representam os principais instrumentos para evidenciar esse aspecto.
	O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público (CASP) visa a contribuir, primordialmente, para o desenvolvimento deste aspecto.

A ordem correta é:

a) 2, 1, 3, 2, 3, 2, 3 e 2

b) 1, 1, 1, 2, 3, 2, 3 e 3

c) 2, 1, 1, 2, 3, 2, 3 e 2

d) 2, 1, 1, 2, 3, 2, 1 e 3

e) 3, 1, 1, 2, 3, 2, 3 e 1

Gabarito C

ASPECTO ORÇAMENTÁRIO Compreende o registro e a evidenciação do orçamento público, tanto quanto à sua aprovação quanto à sua execução. Os registros de natureza orçamentária são base para a elaboração do Relatório

Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e dos Balanços Orçamentário e Financeiro, que representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto.

ASPECTO PATRIMONIAL Compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público. Nesse aspecto, devem ser atendidos os princípios e as normas contábeis voltadas para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais. O Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto.

Atenção: O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público (CASP) visa a contribuir, primordialmente, para o desenvolvimento deste aspecto.

ASPECTO FISCAL Compreende a apuração e evidenciação, por meio da contabilidade, dos indicadores estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre os quais se destacam os da despesa com pessoal, das operações de crédito e da dívida consolidada, além da apuração da disponibilidade de caixa, do resultado primário e do resultado nominal, a fim de verificar-se o equilíbrio das contas públicas. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) representam os principais instrumentos para evidenciar esse aspecto.

7 - As demonstrações contábeis e os relatórios fiscais produzidos pela Contabilidade Pública têm muito em comum. Ambas as estruturas de relatórios estão voltadas para ativos, passivos, receitas e despesas governamentais e informações abrangentes sobre os fluxos de caixa. Há uma considerável sobreposição entre as duas estruturas que sustentam essas informações. No entanto, as demonstrações contábeis e as diretrizes para relatórios fiscais têm objetivos diferentes. Correlacione as tabelas:

1	Demonstrações Contábeis
2	Relatórios Fiscais

	Utilizados para analisar opções de política fiscal, definir essas políticas e avaliar os seus impactos;
	Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
	Fornecem informações úteis sobre a entidade que reporta a informação, voltadas para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e para a tomada de decisão
	Utilizados para determinar o impacto sobre a economia
	Balanço Patrimonial
	Utilizados para comparar os resultados fiscais nacional e internacionalmente.
	Relatório de Gestão Fiscal

A ordem correta é:

a) 2, 1, 2, 1, 2, 1, 2 e 2

b) 2, 1, 1, 2, 1, 2, 1 e 2

c) 2, 2, 1, 1, 2, 2, 2 e 2

d) 2, 1, 2, 2, 1, 1, 1 e 1

e) 2, 1,11, 2, 1, 2, 2 e 1

Gabarito A

Na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os principais relatórios e demonstrações são:

Demonstrações Contábeis	Relatórios Fiscais
- Balanço Orçamentário	- Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

- Balanço Financeiro - Balanço Patrimonial - Demonstração das Variações Patrimoniais	-Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

O objetivo das demonstrações contábeis das entidades do setor público é **o fornecimento de informações úteis sobre a entidade que reporta a informação, voltadas para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e para a tomada de decisão.**

Os relatórios fiscais são utilizados, principalmente, para: **(a) analisar opções de política fiscal, definir essas políticas e avaliar os seus impactos; (b) determinar o impacto sobre a economia; e (c) comparar os resultados fiscais nacional e internacionalmente.**

8 - As características qualitativas são atributos que tornam a informação contábil útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. São características qualitativas da informação contábil, exceto:

a) Relevância

b) Materialidade

c) Comparabilidade

d) Tempestividade

e) Verificabilidade

Gabarito b

São características qualitativas da informação contábil **a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.**

As restrições inerentes à informação contábil são a **materialidade, o custo-benefício e o alcance do equilíbrio apropriado entre as características qualitativas.**

9) Analise as alternativas a seguir e marque a opção incorreta:

a) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

d) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

c) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

d) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

e) É facultativa a contabilização dos bens de uso comum do povo classificados como ativos de infraestrutura.

Gabarito E

De acordo com o MCASP, os bens de uso comum do povo podem ser encontrados em duas classes de ativos: ativos de infraestrutura e bens do patrimônio cultural.

A contabilização dos Ativos de infraestrutura é obrigatória, já a contabilização dos bens do patrimônio cultural é facultativa.

10. O patrimônio público é estruturado em três grupos: ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO (OU SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA).

Classifique o Patrimônio a seguir e apure a situação patrimonial líquida de uma determinada Entidade Pública.

Empréstimos Concedidos 50.000

Contas a Pagar 22.000

Estoque de Mercadorias no Almoxarifado 32.000

Restos a Pagar 60.000

Dívida Ativa 10.000

Imóveis 200.000

Aplicações Financeiras 70.000

Encargos Sociais a Recolher 20.000

a) 240.000

b) 250.000

c) 260.000

d) 362.000

e) 230.000

Gabarito C

Primeiramente, temos que separar as contas em ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações):

Empréstimos Concedidos 50.000 (a concessão de um empréstimo gera um direito a receber).

Contas a Pagar 22.000 (obrigações)

Estoque de Mercadorias no Almoxarifado 32.000 (bens)

Restos a Pagar 60.000 (obrigações)

Dívida Ativa 10.000 (dívida ativa para a entidade pública é um direito a receber)

Imóveis 200.000 (bens)

Aplicações Financeiras 70.000 (bens)

Encargos Sociais a Recolher 20.000 (obrigações)

ATIVO (Bens e Direitos	Passivo (Obrigações)
Empréstimos Concedidos 50.000 Estoque de Mercadorias no Almoxarifado 32.000 Dívida Ativa 10.000 Imóveis 200.000 Aplicações Financeiras 70.000	Contas a Pagar 22.000 Restos a Pagar 60.000 Encargos Sociais a Recolher 20.000
Total: 362.000	Total 102.000

Apuração da Situação Líquida (Ativo – Passivo)

Ativo	362.000
(-) Passivo	102.000

= Situação Líquida	260.000

Importante lembrar que os conceitos de ATIVO, PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA serão estudados com mais profundidade nas próximas aulas.

O novo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição - traz os seguintes conceitos:

- **ATIVO** é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
- **PASSIVO** é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
- **PATRIMÔNIO LÍQUIDO (OU SITUAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA)**: A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

11. **FGV 2015 Prefeitura do Município de Cuiabá - Secretaria Municipal de Saúde** Entre os componentes da Administração Pública direta estão

(A) as sociedades de economia mista.

(B) as empresas públicas.

(C) as câmaras municipais.

(D) as fundações públicas.

(E) as autarquias.

Gabarito C

Comentários: As empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e as fundações públicas fazem parte da Administração Pública Indireta.

12 – FUNDATEC 2015 PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANDIN O patrimônio das entidades de direito público é composto de:

A) Obrigações e bens comuns para uso próprio.

B) Bens e obrigações.

C) Bens, direitos e obrigações.

D) Bens e direitos públicos.

E) Somente elementos ativos.

Gabarito C

Comentário: Essa questão resume o objeto da contabilidade pública. O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público ***é o patrimônio público*** *que é definido como o conjunto de* ***direitos e bens****, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas* ***obrigações****.*

13. BIORIO 2015 Prefeitura Municipal de Três Rios - A contabilidade pública NÃO é aplicada na seguinte unidade integrante da estrutura administrativa municipal:

(A) Câmara Municipal.

(B) Autarquia de Previdência dos Servidores.

(C) Fundo Municipal de Saúde.

(D) Sociedade de Economia Mista de Desenvolvimento Econômico.

(E) Fundação de Educação e Cultura.

Gabarito D

De acordo com a doutrina majoritária, podemos definir que o campo de aplicação da contabilidade pública engloba toda a administração pública direta ou indireta, inclusive as famosas estatais dependente (que são as sociedades de economia mista e empresas públicas dependentes).

Entretanto há exceção que são as estatais independentes (que são as empresas de economia mista e empresas públicas que não dependem do governo, pois são lucrativas).

14. Cetro 2015 - DAE -Santa Bárbara D´Oeste/SP. Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta.

(A) Os bens de uso comum somente podem ser usufruídos por quem sejam seus proprietários ou por estes autorizados.

(B) Os bens dominicais fazem parte do patrimônio das pessoas jurídicas de direito privado.

(C) Os bens de uso especial, tais como terrenos ou edifícios, são utilizados exclusivamente pela Administração Pública federal.

(D) Os bens públicos são os que têm o seu preço estabelecido na livre concorrência dos mercados, isto é, na interação entre a sua oferta e a demanda.

(E) As estradas constituem um bem público, de uso comum pela população.

Gabarito E

Comentário:

De acordo com o CC. Art. 99, são bens públicos:

*I - os de **uso comum do povo**, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*

*II - os de **uso especial**, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;*

*III - os **dominicais**, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.*

(A) Os bens de uso comum somente podem ser usufruídos por quem sejam seus proprietários ou por estes autorizados. (Errado. Pode ser usado por toda a população.)

(B) Os bens dominicais fazem parte do patrimônio das pessoas jurídicas de direito privado. (Errado. Faz parte das entidades governamentais).

(C) Os bens de uso especial, tais como terrenos ou edifícios, são utilizados exclusivamente pela Administração Pública federal. (Errado. Federal, Estadual e Municipal conforme a sua propriedade ou afetação)

(D) Os bens públicos são os que têm o seu preço estabelecido na livre concorrência dos mercados, isto é, na interação entre a sua oferta e a demanda. (Errado. De acordo como o Código Civil, são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.)

(E) As estradas constituem um bem público, de uso comum pela população. (Correto).

15. CETRO/MINISTÉRIO DAS CIDADES 2013 - A Contabilidade Pública é uma subdivisão da Contabilidade aplicada a diferentes tipos de atividades e entidades. Assinale a alternativa que não apresenta um campo de atuação da Contabilidade Pública.

(A) Estados.

(B) União.

(C) Municípios.

(D) Autarquias.

(E) Empresas públicas que não utilizam recursos à conta do Orçamento Público.

Gabarito: E – De acordo com a doutrina, as empresas que não utilizam recursos do Orçamento Público (estatais independentes) não fazem parte do campo de aplicação da contabilidade pública.

16. CETRO/PREF. DE MANAUS 2012/ De acordo com o Código Civil, Capítulo III, que trata sobre os Bens Públicos, assinale a alternativa incorreta.

(A) Rios, mares, estradas, ruas e praças são bens públicos de uso comum.

(B) Edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias são bens públicos de uso especial.

(C) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

(D) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

(E) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

Gabarito: E – De acordo com o artigo 102 do Código Civil, os bens públicos não estão sujeitos a usucapião. Vale acrescentar que usucapião é o direito que um cidadão adquire em relação à posse de um bem móvel ou imóvel em decorrência do uso deste por um determinado tempo.

17. (ABIN/Cespe/2010/Contador) É objetivo da contabilidade pública fornecer aos usuários informações a respeito dos resultados alcançados e dos aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão.

Gabarito: Certo – O *objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público* ***é fornecer aos usuários informações*** *sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.*

18. (DPU/Cespe/2010/Contador) O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o planejamento feito pela administração pública para atender, durante determinado período, aos planos e programas de trabalho por ela desenvolvidos.

Gabarito: Errado – O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público. Cuidado para não confundir o objeto (patrimônio público) com o objetivo (prestar informações).

19. (ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTADOR – TJ/RO 2012 CESPE/UnB) No que diz respeito a conceito, objeto, objetivo e campo de atuação da contabilidade governamental, assinale a opção correta.

a) Para efeito contábil, as pessoas físicas que recebam subvenção, benefício, ou incentivo fiscal ou creditício, de órgão público, não são consideradas como entidades do setor público.

b) A contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da ciência contábil em que se aplicam, no processo gerador de informações, os princípios orçamentários e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial de entidades públicas.

c) O objetivo da contabilidade aplicada ao setor público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, independentemente dos aspectos orçamentários.

d) O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o patrimônio público e privado de pessoas jurídicas que no período receberem recursos governamentais.

e) A contabilidade aplicada ao setor público fornece informações que auxiliam o processo de tomada de decisões por parte dos agentes e administradores públicos, a adequada prestação de contas e o suporte necessário para a instrumentalização do controle social.

Gabarito: E

a) Para efeito contábil, as pessoas físicas que recebam subvenção, benefício, ou incentivo fiscal ou creditício, de órgão público, não são consideradas como entidades do setor público.

Errado. São consideradas conforme preconiza o CFC.

b) A contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da ciência contábil em que se aplicam, no processo gerador de informações, os princípios orçamentários e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial de entidades públicas.

Errado. Aplicam-se os princípios de contabilidade e não princípios orçamentários.

c) O objetivo da contabilidade aplicada ao setor público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, independentemente dos aspectos orçamentários.

Errado. As informações fornecidas pela contabilidade pública englobam também os aspectos orçamentários.

d) O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o patrimônio público e privado de pessoas jurídicas que no período receberem recursos governamentais.

Errado. Somente o patrimônio público é objeto da CPU.

e) A contabilidade aplicada ao setor público fornece informações que auxiliam o processo de tomada de decisões por parte dos agentes e administradores públicos, a adequada prestação de contas e o suporte necessário para a instrumentalização do controle social.

Certo.

20. (CONTADOR – CMSC 2013 VUNESP) A contabilidade é uma ciência social que tem como objeto o patrimônio das entidades, sejam privadas ou públicas. Nesse sentido, assinale a alternativa que define o que é um conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados à entidade econômica, e que constitui um meio indispensável para que a entidade realize seus objetivos.

(A) São as riquezas pelas quais a entidade gerará receitas.

(B) São contas de natureza credoras e devedoras.

(C) É o resultado ou a geração de riqueza da entidade.

(D) É o Patrimônio.

(E) São os mecanismos de geração de caixa.

Gabarito: D – De acordo com o CFC, patrimônio público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

21. (FCC/2011/TRT 24ª Região/Analista Judiciário/Administrativo) Considerando o campo de aplicação da contabilidade aplicada à Administração Pública, é correto afirmar que aquela NÃO se aplica:

a) às autarquias.

b) às empresas estatais dependentes.

c) às fundações públicas de direito público.

d) às empresas estatais não dependentes.

e) ao poder legislativo.

Gabarito: D – De acordo com a doutrina, as estatais não dependentes (independentes) não fazem parte do campo de aplicação da CPU.

22. (ESAF/CGU/ 2012/AFC) Examine os itens a seguir a respeito dos conceitos e campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público, assinale Verdadeiro(V) ou Falso(F) e escolha a opção que indica a sequência correta.

I. O campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público abrange todas as entidades do setor público;

II. A função social da contabilidade aplicada ao setor público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias para a tomada de decisão;

III. Ocorre o surgimento de novas unidades contábeis quando se procede à soma, agregação ou divisão do patrimônio de uma ou mais entidades;

IV. O objeto da contabilidade aplicada ao setor público são os recursos públicos.

a) V, V, F, F

b) F, F, V, F

c) V, V, V, F

d) V, F, V, V

e) V, V, V, V

Gabarito: C

I. O campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público abrange todas as entidades do setor público;

Verdadeiro. Todas as entidades do setor público estão abrangidas, entretanto, algumas entidades devem obedecer as regras da CPU integralmente e outras apenas parcialmente.

II. A função social da contabilidade aplicada ao setor público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias para a tomada de decisão.

Verdadeiro. A CPU deve fornecer informações úteis para o administrador público tomar decisão e para isto todo ciclo da administração deve ser considerado.

III. Ocorre o surgimento de novas unidades contábeis quando se procede à soma, agregação ou divisão do patrimônio de uma ou mais entidades;

Verdadeiro. A soma, agregação ou divisão de patrimônio de uma ou mais entidades do setor público resultará em novas unidades contábeis.

IV. O objeto da contabilidade aplicada ao setor público são os recursos públicos.

Falso. O objeto da CPU é o patrimônio público.

23. (ANALISTA MINISTERIAL - CONTADOR – MPE/MA 2013 FCC) É objetivo da contabilidade aplicada ao setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, a adequada prestação de contas, e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social:

(A) fornecer ao controle interno do respectivo poder informações sobre qualquer irregularidade e ilegalidade que for detectada.

(B) fornecer aos usuários informações sobre resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações.

(C) avaliar os resultados alcançados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade do setor público.

(D) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da entidade do setor público.

(E) exercer o controle sob o aspecto da legalidade e legitimidade da gestão orçamentária, econômica, financeira e patrimonial da entidade do setor público.

Gabarito B.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, o objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

24. (FCC/ TCE-AP/ 2011/Contador) O ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades da administração direta, ou indireta, a fim de fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o

necessário suporte para a instrumentalização do controle social, cujo objeto é "o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados por aquelas entidades, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor e suas obrigações, caracteriza, hodiernamente, a contabilidade

(A) societária.

(B) de custos.

(C) avançada.

(D) rural.

(E) pública.

Gabarito: E. Segundo o CFC, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.

25. (VUNESP/ 2012/ IAMSPE/Contador) Por tratar-se de um dos ramos da ciência contábil, a contabilidade pública tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja:

(A) União, estados, Distrito Federal e municípios e respectivas autarquias.

(B) somente no estado.

(C) somente nas empresas públicas.

(D) somente nas empresas públicas e de capital misto.

(E) somente nas autarquias.

Gabarito: A. A CPU é aplicada a administração pública direta e indireta de todos os entes governamentais.

26. (ESAF/DNIT/ 2013/ Analista Contábil) Assinale a opção cujo conteúdo não indica um dos objetivos da contabilidade aplicada ao setor público:

a) refletir o ciclo da administração pública.

b) fornecer informações para a instrumentalização do controle social.

c) demonstrar os resultados alcançados pela entidade do setor público.

d) apresentar os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade pública.

e) evidenciar as mutações do patrimônio.

Gabarito: A - De acordo com o CFC, os objetivos da CPU não contemplam refletir o ciclo da administração pública. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

27 – São características da Contabilidade Pública, exceto:

a) é um ramo da ciência contábil

b) aplica, no processo gerador de informações, todos os Princípios Fundamentais de Contabilidade

c) aplica, no processo gerador de informações, as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial de entidades do setor público como a Lei 4320/64, Lei Complementar 101/00 e a Lei 6404/76

d) é uma ciência social

e) tem como objeto o patrimônio público

Gabarito: Letra C

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é um ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público. Entretanto a Lei 6404/76, apesar de ser a principal fonte regulamentadora da Contabilidade Privada, não é aplicada a Contabilidade Pública. Também é importante destacar que a Contabilidade não é uma ciência exata, já que se trata de uma ciência social.

28 – Sobre as características da Contabilidade Pública, marque a opção correta:

a) tem como objetivo principal controlar o patrimônio

b) os principais usuários da informação são os acionistas e a sociedade

c) as informações produzidas visam apoiar a tomada de decisão, a adequada prestação de contas dos gestores públicos e dar suporte para a instrumentalização do controle social

d) devido ao seu caráter técnico, as informações produzidas não precisão ser compreensíveis e úteis aos cidadãos

e) a informação contábil deve versar sobre aspectos de natureza orçamentária, financeira, física, econômica e social

Gabarito: Letra C

Comentários:

a) tem como objetivo principal controlar o patrimônio (Errado. O principal objetivo da Contabilidade Pública é prestar informações. Controlar o Patrimônio e apurar o resultado patrimonial são funções da contabilidade.)

b) os principais usuários da informação são os acionistas e a sociedade (Errado. Os principais usuários da informação produzida pela Contabilidade Pública são o governo e a sociedade. Os acionistas representam usuários da Contabilidade Geral).

c) as informações produzidas visam apoiar a tomada de decisão, a adequada prestação de contas dos gestores públicos e dar suporte para

a instrumentalização do controle social (Correto. O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

d) devido ao seu caráter técnico, as informações produzidas não precisão ser compreensíveis e úteis aos cidadãos (Errado. Para que a contabilidade pública possa instrumentalizar o controle social é preciso, sobretudo, produzir informações claras para a sociedade).

e) a informação contábil deve versar sobre aspectos de natureza orçamentária, financeira, física, econômica e social (Errado. O CFC não inclui o aspecto social.)

29 - Os bens públicos, de acordo com o critério jurídico, se dividem em de bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais. Marque a afirmativa incorreta:

a) Os bens de uso especial são os destinados a execução dos serviços públicos.

b) Os bens dominicais são os que integram o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público como objeto de direito pessoal ou real das entidades do setor público.

c) Os bens de uso especial são contabilizados e inventariados.

d) Os bens dominicais são contabilizados e inventariados.

e) Os bens de uso especial empregados nos serviços públicos e os bens dominicais são inalienáveis.

Gabarito: Letra E

Comentário: Os bens de uso comum e os de uso especial são inalienáveis, já os bens dominicais podem ser alienados nos casos e na forma que a lei estabelecer.

30 – Com relação aos bens públicos de uso comum, pode-se afirmar, exceto:

a) os naturais como mares, baias, enseadas, rios, praias, lagos e ilhas são contabilizados no ativo não circulante da entidade.

b) Os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos devem ser incluídos no ativo não circulante da entidade responsável pela sua administração ou controle.

c) são impenhoráveis e imprescritíveis

d) Seu uso pode ser gratuito ou oneroso, conforme estabelecido em lei.

e) São denominados de domínio público é são divididos segundo a sua formação em naturais e artificiais.

Gabarito: Letra A

Comentário: Os bens de uso comum naturais não são contabilizados. Já os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos (artificiais) devem ser contabilizados no ativo não circulante da entidade responsável pela sua administração ou controle.

31 - De acordo com a doutrina majoritária, o campo de aplicação da Contabilidade Pública inclui, exceto:

a) Administração Direta

b) Autarquias

c) Fundações Públicas

d) Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista independentes

e) Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista dependentes

Gabarito: D

Comentário: Segundo a doutrina majoritária, o campo de aplicação da contabilidade engloba os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, exceto as estatais independentes. Segundo a LRF, estatal dependente é toda empresa controlada pelo governo que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou

de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.